

Lei nº 345

De 7 de Novembro de 1959

Orça a Receita e fixa
a Despesa do município
de Orlândia, para o exer-
cício de 1.960 em cr\$.
13.500.000,00 (Treze milho-
es e quinhentos mil cru-
zeiros).

O Câmara Municipal de Or-
lândia, aprovou, e eu, Artlindo Moran-
olini, Prefeito Municipal, sancionei
a seguinte lei:

Capítulo 1º

Da Receita Geral

Artigo 1º. - A Receita Geral do Mu-
nicipio de Orlândia, para o exercício
de 1.960, é orçada em cr\$ 13.500.000,00
(Treze milhos e quinhentos mil cruzi-
ros) e será arrecadada de acordo com
a legislação em vigor, obedecendo a
seguinte classificação:

10.0	§ 1º. Receita Ordinária
20.0	A. Receita Tributária
30.0	a. Impostos
40.0 11.1	Imposto Territorial Urbano
0	Imposto Territorial Urbano
	180.000,00
50.0 12.1	Imposto Predial Urbano
0	Imposto Predial Urbano 1.280.000,00
60.0 17.3	Imposto Sobre Industrias e Profissões
0	Imp. de Industrias e Profissões 800.000,00

70 0 18 3	Imposto de Licenças	
0	Imposto de Licenças	300.000,00
80 0 27 3	Imposto sobre Jogos e Diversões	
0	Imposto sobre Jogos e Diversões	7.000,00
90 8	Total dos Impostos	2.597.000,00
100 9	b - Taxas.	
110 1 11 2	Taxa Rodoviária	
1	Taxa de Conservação de Estradas de Rodagem	270.000,00
120 1 21 4	Taxa de Expediente	
1	Taxa de Expediente	20.000,00
130 1 23 4	Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos.	
1	Taxa de Alfândegas de Tesos e Medidas	10.000,00
140 1 24 1	Taxa de Limpeza Pública	
1	I - Taxa de Remoção do Lixo Domiciliar	255.000,00
1	II Taxa de Limpeza das Rias Públicas	185.000,00
150 1 25 1	Taxa de Viação	
1	I Taxa de Conserv. Calçamento 80.000,00	
1	II Taxa de Execução de Calçamento 600.000,00	
1	III Taxa Colocação Guias e Sargentas 65.000,00	
160 8	Total das Taxas	1.455.000,00
170 9	Total da Receita Tributária	4.052.000,00
180 2	B - Receita Patrimonial	
190 2 01 0	Renda Imobiliária	
2	Renda dos Próprios Municipais	
200 2 02 0	Renda de Capitais	

Artigo 3º Qualquer pagamento a ser efetuado referente ás verbas de auxílios, subvenções e contribuições previstas na presente lei orçamentaria, ficam subordinadas à existência de recursos financeiros por dependerem da normal arrecadação das vendas municipais no decorrer do exercício.

Artigo 4º Esta, lei entrará em vigor a 1º de Janeiro de 1.960, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Orlândia, 7 de Novembro de 1.959.

a) Dr Orlindo Norandini.

Gabinete Municipal

Eu Jaimo Fodri Escriturário da Recita e Despesa, nesta data a registrei.

Decreto nº 93

De 7 de Novembro de 1.959.

Dispõe que se observe na execução do Orçamento do Município de Orlândia, para o exercício de 1.960, a discriminação constante das Tabelas Explanatórias da Despesa anexas.

O Prefeito Municipal de Orlândia, Dr Orlindo Norandini, usando de suas atribuições legais, Decreta:

Artigo 1º Na execução do Orçamento do Município de Orlândia, Estado de São Paulo, para o exercício de 1.960, será observada a discriminação da Despesa constante das Tab-